



Organização de Mulheres Camponesas: Olhares e discussões!

Viviane R. S. Martins¹
Paulo Marcelo de Souza²

Neste texto enfocamos iniciativas organizativas de mulheres camponesas, com o intuito de identificar as abordagens que têm orientado as análises dessa temática. A pesquisa baseou-se num levantamento bibliográfico realizado em plataformas digitais, com os buscadores: mulheres camponesas e organização política. Desse levantamento resultaram quatro artigos científicos, que serviram de base à construção deste texto. Neste caminho, identificamos que o sindicalismo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST proporcionaram visibilidade política as mulheres a partir dos anos 1980. Na década seguinte, mulheres ligadas a diferentes grupos e organizações rurais passam a se reunir. Em 2004, se autodenominam de Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Esse processo de unificação não se deu sem tensões. Pois, segundo Caroline A. Bardolo (2011), essas organizações têm distintas formas de encaminhar demandas e se colocar no espaço público, a exemplo do que ocorre com a Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Conforme Maria I. Paulilo (2004), em comum está o fato desses movimentos discutirem questões ligadas à visibilidade da mulher rural e seu reconhecimento como agricultoras. Para Ema Siliprand (2013), no bojo desse debate está a proposição de outro modelo de desenvolvimento para o campo, que combina questões estratégicas presentes no movimento ecologista com elementos trazidos pelo feminismo. No dizer de Leonildes S. Medeiros (2010), esse movimento seria resultado do encontro entre concepções distintas sobre o “lugar da mulher”, no que diz respeito a subordinação da mulher e a exploração da sua força de trabalho enquanto grupo social. Com isso, essas iniciativas têm sido lidas como estratégia de resistência das mulheres a diversas formas de discriminação e opressão de gênero (MEDEIROS, et al., 2013). Contudo, essas abordagens têm ignorado a produção das feministas negras, como a intelectual estadunidense Angela Davis e a brasileira Lélia Gonzales, que introduziram o enfoque interseccional dos eixos de poder. E, questionaram a pretensa universalidade do uso da categoria “mulher” pelo feminismo hegemônico. Pois, as mulheres vivenciam de forma diferenciada as consequências das opressões sociais, que se traduzem em desigualdades diversas. Enfim, os avanços políticos registrados não têm resultado na garantia efetiva de direitos e melhores condições de vida no campo.

Palavras chaves: Organização de Mulheres, Campesinato, Política Social.

1 Doutoranda (PPS/UENF).

2 Professor Associado (CCTA- LEAG/UENF).